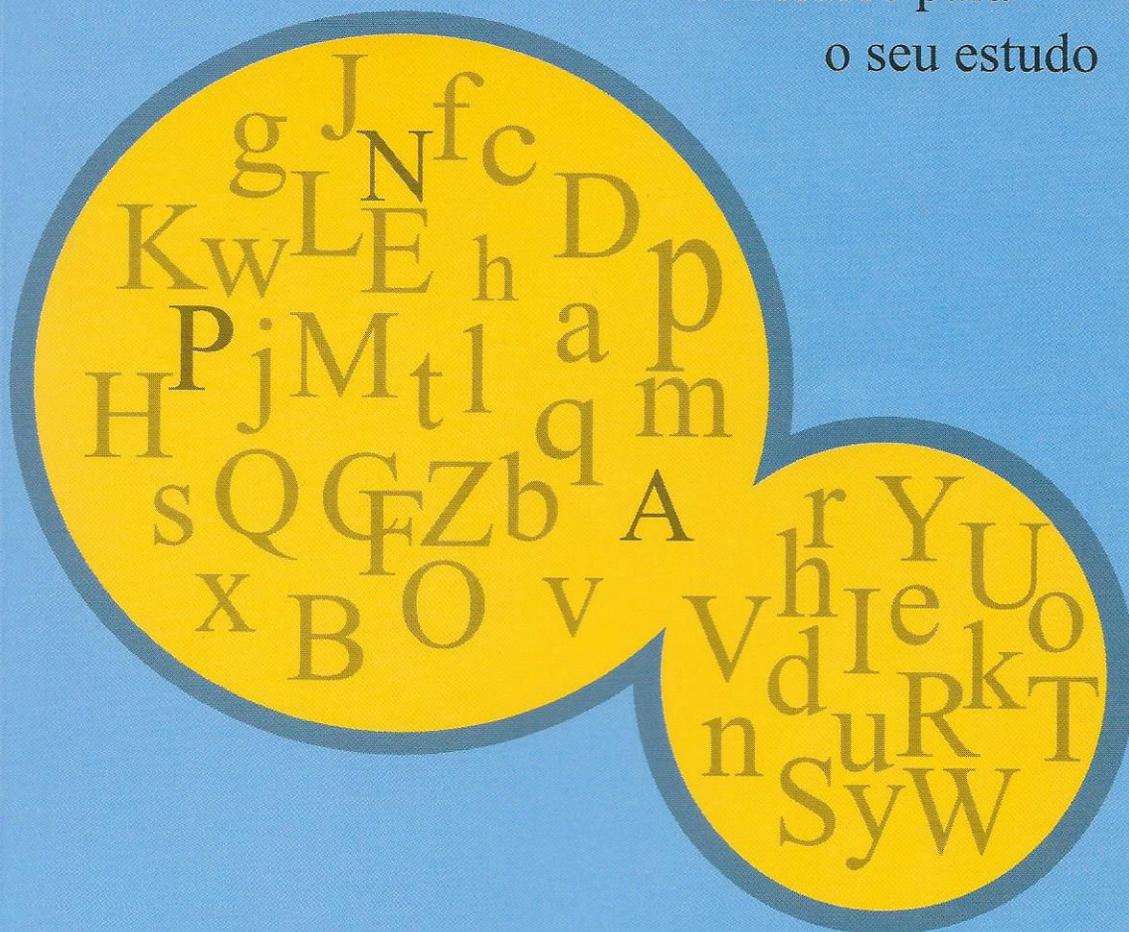


Márcio Undolo

**A NORMA DO
PORTUGUÊS
EM ANGOLA**

Subsídios para
o seu estudo



ESP - Bengo

AGRADECIMENTOS

Márcio Undolo

A NORMA DO PORTUGUÊS EM ANGOLA

Subsídios para
o seu estudo

Prefácio da Professora Doutora Ana Paula Banza
Universidade de Évora

ESP-Bengo
Região Académica I

*For a review
of the book
for the book review
in the journal
of Linguistics
of the University
of Cambridge*

Márcio Undolo

A NORMA DO PORTUGUÊS EM ANGOLA

Título

A Norma do Português em Angola: subsídios para o seu estudo

Autor

Márcio Undolo

Prefácio

Professora Doutora Ana Paula Banza – Universidade de Évora

Copyright

ESP-Bengo (Escola Superior Pedagógica do Bengo), Caxito – 2016

N.º de exemplares: 1000

Impressão e acabamentos

Imprensa Nacional – E.P.

ISBN: 978-98999582-1-0

Depósito Legal: 7467/16

Nota:

O presente livro é fruto da tese apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do título de doutor em Linguística (2014). A sua publicação em livro implicou algumas alterações no plano da sua estrutura e forma, adequando-se, assim, a um público heterogéneo.

Data da defesa: 23 de Fevereiro de 2015, Palácio do Vimioso, Évora.

PREFÁCIO

A obra de Márcio Undolo, que agora em boa hora se edita, resulta do trabalho desenvolvido para a sua tese de doutoramento, apresentada à Universidade de Évora em 2014, a qual tive o gosto de orientar. Gosto, verdadeiramente, porque, além das qualidades, pessoais e académicas, do autor — que sempre constituem uma inestimável mais-valia nestes processos — o tema é do maior interesse e pertinência no domínio da Variação linguística, sendo certo que, apesar do número crescente de trabalhos que vêm reflectindo sobre a Língua Portuguesa em Angola, em diferentes perspectivas, muito há ainda a fazer neste campo; e trabalhos como o presente assumem a maior relevância enquanto contributos para o estudo e descrição da variedade angolana do Português, que urge continuar a fazer.

Com efeito, este estudo, que agora se começa a fazer, sobretudo pela mão de jovens investigadores angolanos, como Márcio Undolo, interessados no futuro da Língua Portuguesa em Angola, é fundamental para esse futuro, que passa pelo estabelecimento de uma política linguística bem fundamentada.

Quando, logo em 1975, na sequência da descolonização e da proclamação da Independência de Angola, a Língua Portuguesa foi eleita, entre as várias faladas no país, como língua oficial, tal escolha correspondeu, antes de mais, ao seu inegável estatuto e prestígio enquanto língua europeia com mais de oito séculos de história como língua escrita e verdadeiramente internacional; apta, portanto, mais do que qualquer língua autóctone de Angola, para a comunicação com o exterior (nos domínios político, económico, cultural...) e para a transmissão do conhecimento científico. Mas correspondeu também a uma outra vantagem, interna, de natureza muito prática: a de ser a única língua que, no contexto multicultural e multilingue de Angola, poderia assegurar a comunicação entre as diversas comunidades de falantes; factor cuja importância se agudizou no período da guerra civil, quando milhares de deslocados de guerra convergiram para os grandes centros populacionais. A escolha do Português como língua oficial de Angola foi, pois, uma boa decisão estratégica, sob todos os pontos de vista.

No entanto, os ainda escassos anos decorridos desde a Independência têm revelado as dificuldades inerentes ao facto de, pelo menos até à Independência, o Português ser língua de uma minoria e, quase sempre, língua segunda de uma população que tinha como língua materna uma das várias línguas da família Bantu faladas em Angola. É certo que o fenómeno dos “deslocados de guerra”, durante a guerra civil, veio alterar substancialmente esta situação,

tornando o Português indispensável como língua de comunicação, a única comum — e “neutra”, por não ser autóctone — às várias comunidades deslocadas; facto que fez aumentar substancialmente o número de falantes do Português, quer como língua materna, quer como língua segunda. O contacto linguístico permanente com as diferentes línguas Bantu (e outras, também africanas, não Bantu, Khoisan) não poderia deixar de interferir na variedade europeia do Português, que, desde o início da colonização, os portugueses procuraram implementar e que, na altura da Independência, os angolanos assumiram também como sua, à semelhança do que, muito antes, tinha já feito o Brasil. Neste contexto, as diferenças entre as variedades europeia e angolana do Português têm vindo a acentuar-se, numa deriva que é absolutamente natural e inevitável em línguas sujeitas a contacto permanente ou muito significativo com outras e sobre a qual importa reflectir, na medida em que só dessa reflexão poderá resultar o estabelecimento de uma política linguística adequada que possa contribuir de forma decisiva para o futuro do Português em Angola.

O trabalho de Márcio Undolo assume-se como contributo para essa reflexão. Partindo da análise dos condicionamentos sócio-históricos e linguísticos da implementação e desenvolvimento do Português em Angola, o autor analisa, ainda que de forma necessariamente não exaustiva, as áreas da Gramática da Língua Portuguesa em que é (mais) visível a originalidade da variedade angolana, com o objectivo de verificar a hipótese de que se possa já falar de uma norma específica do Português de Angola (PA), a par da norma do Português europeu (PE) e da do Português do Brasil (PB). As conclusões a que chega a partir da análise dos dados recolhidos — a confirmar e a desenvolver em trabalhos posteriores — são suficientemente elucidativas, permitindo, na importante reflexão final do autor sobre o futuro da Língua Portuguesa em Angola, a confirmação da existência de uma variedade angolana do Português, com características próprias que a afastam, em aspectos específicos dos domínios fonético-fonológico, morfológico, sintáctico, semântico e lexical, quer do Português europeu, quer do Português do Brasil.

Esta identidade própria da variedade angolana do Português, que resulta da sua maturidade enquanto variedade nacional, deverá ter, num futuro próximo e à medida que mais dados forem confirmando esta realidade, consequências no domínio da política linguística de Angola. Com efeito, se pensarmos que o trabalho de Márcio Undolo se centra apenas na chamada “norma culta”, os resultados a que chega são ainda mais significativos, sendo certo que as especificidades do PA identificadas nas camadas cultas, escolarizadas, da população, serão seguramente ainda mais significativas e

mais acentuadas nos falantes menos cultos, não escolarizados ou com níveis de escolarização muito baixos. Não sobram, pois, dúvidas de que se torna cada vez mais necessária uma reflexão profunda, a nível nacional, sobre o futuro da Língua Portuguesa, que, muito provavelmente, acabará por passar pelo reconhecimento oficial de uma norma angolana, à semelhança da brasileira, que, assumindo a especificidade e identidade do PA, venha diminuir o fosso, actualmente existente e progressivamente mais fundo, entre a norma “ideal”, oficial, correspondente à do Português europeu e a norma “real”, seguida pelas camadas cultas da população, que incorpora, como prova Márcio Undolo neste seu trabalho e vêm também provando outros investigadores, marcas de uma “angolanidade” que, longe de desvirtuar a Língua Portuguesa, antes a enriquece mais enquanto língua pluricêntrica cuja expansão, com origem no recanto mais ocidental da Península Ibérica, transformou a língua de um pequeno país, com um número reduzido de falantes, numa das línguas mais faladas do mundo; rica pela sua história, mas também pelo enorme número de falantes que atingiu graças à Expansão e, sobretudo, rica pela variedade dos povos, e das culturas, que a usam, um pouco por todo o mundo.

Ana Paula Banza

Universidade de Évora